

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª

(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições fiscais

CAPÍTULO VIII

Financiamento do Estado e gestão da dívida pública

Artigo 150.º-A

Plano Nacional de Combate às Perdas de Água

Em 2023, é elaborado pelo Governo em articulação com a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e com a Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, o Plano Nacional de Combate a Perdas de Água, objetivando garantir melhores e mais eficientes redes de abastecimento público de água.

Nota Justificativa:

A atividade das entidades gestoras dos sistemas de abastecimento e tratamento de águas, face ao ano dramático em Portugal no que respeita aos recursos hídricos, deve pautar-se pela adoção de medidas que venham ao encontro dos imperativos regulamentares, económicos e ambientais que se colocam actualmente, conduzindo à adoção de estratégias que, de forma racional, permitam uma eficiente gestão dos recursos disponíveis para garantir a disponibilidade no presente e no futuro.

Segundo o índice PDSI, no final de Agosto a situação de seca no território nacional mantinha-se e distribuída em termos percentuais por 60,4% em seca severa e 39,6% em seca extrema.

Esta realidade demonstra um cenário realmente impressionante e torna imperativo que se pense e repense a gestão dos recursos hídricos do nosso país. Pois se a seca é uma realidade, também não é menos factual os diversos casos onde o desperdício de água é denominador comum.

Tendo em conta o contexto de seca, não é compreensível nem admissível os níveis de perdas de água que se registam nas redes de abastecimento público. Estas fugas de água estão aliás identificadas no último Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2021) publicado pela ERSAR.

Através dos indicadores “AA08 - Água não faturada”, “AA09 - Reabilitação de condutas”, “AA12 - Perdas reais de água”, presentes no referido relatório, é possível concluir que o discurso dos decisores políticos, de preocupação com o cenário de seca que o país enfrenta, não se traduz numa gestão eficiente dos recursos hídricos.

O indicador AA08, sobre “Água não faturada”, tem como intuito a avaliação do nível de perdas económicas correspondentes à água que é captada, tratada, transportada, armazenada e distribuída, mas que por sua vez não chega a ser faturada aos utilizadores. Isto é, água que entra no sistema, porém não é faturada, logicamente por perdas, sejam elas reais, aparentes ou de consumo autorizado não faturado.

No que concerne a este indicador, este relatório conclui que é perceptível que, em Portugal, não se tenha verificado uma evolução substancial na redução da água não faturada, tanto nos serviços em baixa ou alta.

O indicador AA09 “Reabilitação de Condutas” pretende avaliar a existência da prática continuada de reabilitação das condutas por forma a assegurar uma gradual renovação das mesmas, tal como garantir uma idade média aceitável da rede.

Neste ponto, o relatório em análise indica que é possível melhorar esta prática contínua de reabilitação de condutas, tanto no serviço em alta como em baixa.

Por último, o indicador AA12 sobre “Perdas reais de água”, como o próprio nome indica, avalia as perdas reais de água, como fugas e extravasamentos.

A análise deste indicador demonstra que existe um grande potencial de melhoria de metodologias de redução das perdas de água. Estes indicadores refletem a experiência do quotidiano do cidadão comum que observa frequentemente sistemas de rega que mais hidratam estradas em vez de realizar a sua função específica, ou mesmo a serem

ativados estes sistemas em horários descabidos, como por exemplo durante o dia, ao sol, tornando assim pouco eficiente o seu uso.

Casos de rotura de condutas são também recorrentes, corroborando assim o indicador AA09, sobre “Reabilitação de condutas”.

Pelo exposto, conclui-se que estes factos não se coadunam com o contexto que Portugal atravessa, sendo pois urgente e imperativo uma gestão criteriosa e racional dos nossos recursos hídricos.

São Bento, 10 de novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá  
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -  
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa